

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS POSSIBILIDADES QUE AS ELEIÇÕES OFERECEM PARA SE CONHECER O COMPORTAMENTO ELEITORAL DOS CIDADÃOS E A OPINIÃO PÚBLICA.¹

Luiz Miguel do Nascimento²

Resumo: Com base nas contribuições teóricas e metodológicas da nova história política este artigo defende a ideia de que a análise dos processos eleitorais permite ao historiador compreender o comportamento eleitoral e, conseqüentemente, a cultura política que orienta as formas de participação dos eleitores. O estudo das eleições, portanto, ao mesmo tempo em que permite conhecer a concepção política dos votantes, pode fornecer pistas para se compreender os sistemas de valores mobilizados por eles quando participam nas disputas políticas. Alargando um pouco mais a perspectiva da análise, é possível dizer que o estudo sobre as eleições pode até mesmo lançar luz sobre vários aspectos da visão de mundo ou mentalidade dos eleitores.

Palavras-chave: Eleição; comportamento eleitoral; opinião pública.

Abstract: Foregrounded on the theoretical and methodological contributions of the new political history, current paper defends the hypothesis that an analysis of electoral processes makes the historian understand the electoral behavior and, consequently, the political culture that inform the electors' ways of participation. An investigation on elections, therefore, reveals the political concepts of the voters and indicates pathways for the comprehension of value systems triggered in their participation of political disputes. On a wider basis, it may be stated that an analysis of elections may even enlighten several aspects on the world view or on the mentality of the electorate.

Keywords: Elections; electoral behavior; public opinion.

À guisa de introdução gostaríamos de dizer que este texto não se propõe a fazer uma investigação específica sobre a participação eleitoral dos cidadãos, mas apenas apontar a potencialidade dessa temática para o estudo da história, e sugerir algumas pistas para a sua investigação. Sentimos a necessidade de fazer esta reflexão porque na nossa experiência com pesquisas sobre eleições nos últimos dez anos constatamos que o estudo do comportamento eleitoral ainda não faz parte das preocupações centrais dos historiadores brasileiros. A concordarmos com René Rémond (1996a: 40-41) situação muito diferente se passa na Europa onde há muito tempo essa questão vem sendo estudada pelos profissionais do nosso ofício.

Para se ter uma primeira idéia das contribuições que o estudo desta temática pode trazer para a história basta lembrar que desde o momento em que a forma de transmissão do

¹ Este texto não é produto de uma pesquisa específica, ele faz parte das reflexões que venho desenvolvendo sobre esta temática desde a minha tese de doutorado.

² Professor doutor do curso de História da Universidade Estadual de Maringá – UEM). E-mail: lmiguel@wnet.com.br

poder passou a se basear nas eleições, periodicamente, elas mobilizam direta ou indiretamente a maior parte da população das sociedades onde se realizam. De alguma forma, quase todos os habitantes da cidade são convocados a se manifestarem sobre o processo eleitoral. Uma eleição, enfatize-se, é um momento privilegiado para se observar a opinião pública dos homens e das mulheres e, portanto, o comportamento eleitoral de uma coletividade em determinado momento. Como dissemos anteriormente, julgamos que com um procedimento metodológico apropriado, o estudo das eleições pode até mesmo lançar luz sobre vários aspectos da visão de mundo ou mentalidade dos eleitores.

Destaque-se que, além desses elementos cuja compreensão requer uma análise mais no médio ou no longo prazo, as eleições também podem revelar as mudanças que ocorrem na opinião pública. Como a Sociologia já apontou, há muito tempo, o processo eleitoral, ou o sufrágio universal, permite a uma nação “tomar consciência das mudanças que se operam em seus desejos e suas opiniões sobre questões vitais” (REYNIÉ, 1992: 17-18). Na mesma direção, essa ideia vem sendo defendida pelos estudos de história política desde o começo do século XX. Para René Rémond (1996a: 40-41), após a Primeira Guerra Mundial, percebeu-se que uma eleição é um indicador do espírito público, um revelador da opinião pública e de seus movimentos. Neste sentido, essas abordagens evidenciam que a análise dos resultados dos sufrágios permite observar as mudanças no comportamento político dos indivíduos e, poderíamos acrescentar, nos seus valores em relação à vida pública.

Nessa perspectiva, para fazer os nossos comentários sobre a importância de se estudar as eleições, adiantamos que o Estado e as suas instituições, o Congresso Nacional, os partidos políticos, os políticos profissionais, os militantes políticos, ou mesmo os sistemas eleitorais não fazem parte da nossa preocupação central. Aqui, estamos mais interessados em fazer uma reflexão sobre o comportamento eleitoral dos cidadãos. Naturalmente que não ignoramos a importância dessas instituições e atores para a pesquisa deste assunto; eles fazem parte das condições imprescindíveis para a realização de qualquer eleição, inclusive podem condicionar profundamente os resultados do processo eleitoral. Estamos cientes de que não se deve esquecer a influência que as instituições podem exercer sobre o comportamento dos eleitores e até mesmo sobre o curso dos acontecimentos em uma sociedade (RÉMOND, 1996b: 448). Ocorre que essas instituições e esses atores há muito tempo que fazem parte dos temas mais estudados pelos historiadores e cientistas políticos. Assim, é por esta razão que, neste artigo, a nossa discussão sobre as eleições vai privilegiar outros aspectos que também podem contribuir para o estudo da história de um povo em determinado momento.

Como dissemos anteriormente, no período das eleições, quase todos os cidadãos são chamados para se manifestarem sobre o processo eleitoral. Aqui, podemos acrescentar que,

durante as disputas políticas, além das intenções de voto, as pessoas tecem opiniões sobre o governo, os candidatos, a eleição em si, a política, a situação do País, entre outras questões. A eleição, assim como as revoluções ou os movimentos sociais, faz parte daqueles acontecimentos ou processos históricos em que o povo, muitas vezes, entra no palco da história como os principais atores dos dramas que são vivenciados. Nesses casos, além das suas reivindicações, tem-se um acesso mais direto sobre o que pensam em relação aos problemas que afetam mais diretamente as suas vidas. A par disso, reafirmamos que os processos eleitorais se constituem em momentos privilegiados para se observar não somente o comportamento eleitoral e a concepção política dos eleitores, mas também muitas outras questões ligadas à sua mentalidade. Dessa forma, a análise das disputas para se saber quem vai comandar os destinos da cidade, mais do que fornecer informações sobre a política em si, pode revelar muito sobre os valores dos homens que estão envolvidos nesse processo.

Na mesma direção, pode ser dito que os processos eleitorais não só revelam as opiniões individuais dos cidadãos e dos políticos, mas também traz à tona o posicionamento de associações de classe, da imprensa, das igrejas e de muitas outras instituições que se manifestam, quer seja por intermédio de seus próprios órgãos de comunicação, quer por meio da grande imprensa. Assim, muitas vezes, é possível saber com mais clareza o que os empresários, os políticos, os jornalistas ou os grandes meios de comunicação pensam sobre a política e muitas outras questões importantes para o País. Pode-se ficar sabendo até mesmo o posicionamento político de uma parcela da classe trabalhadora organizada, particularmente por intermédio de seus sindicatos e centrais sindicais. As disputas eleitorais fornecem, portanto, uma valiosa oportunidade para se conhecer a opinião e a mentalidade de uma grande parte dos habitantes da cidade. No calor do embate político, as pessoas ou as instituições acabam por manifestar de forma mais aberta o que pensam sobre várias questões relacionadas à vida pública e, com isso, dão-se a conhecer mais do que em outros momentos. A eleição presidencial brasileira de 1989,³ por exemplo, revelou de forma clara o conservadorismo político de uma boa parte da nossa classe empresarial, bem como dos meios de comunicação de massa. Além disso, forneceu muitas evidências sobre a cultura política dos eleitores brasileiros.

Em relação ao posicionamento político conservador de uma parcela da classe empresarial brasileira na eleição presidencial de 1989, é muito significativo o que disse Mário

³ Na eleição presidencial brasileira de 1989, já fazia 29 anos em que não ocorria eleição direta para Presidente da República no País; a última fora em 1960. Depois disso, foram 21 anos de ditadura civil militar que durou de 1964 a 1985. Nesse período, vários generais escolhidos de forma indireta se revezaram no posto da Presidência. Tancredo Neves, o primeiro Presidente civil após o final da ditadura, também foi escolhido de forma indireta pelo Congresso Nacional em 1985. Com a morte de Tancredo no mesmo ano, antes de tomar posse, o seu vice, José Sarney, governou o País de 1985 a 1989. Naquele contexto histórico, o segundo turno da eleição presidencial de 1989 foi disputado entre Luis Inácio Lula da Silva e Fernando Afonso Collor de Mello. Ao final da disputa, Collor foi o vencedor com 35.089.998 votos e Lula ficou com 31.076.364 votos (NASCIMENTO, 2003).

Amato, o então presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Na ocasião, Amato afirmou que, se Lula ganhasse a eleição, 800 mil empresários deixariam o País (GURGEL; FLEISCHER, 1990: 127). Evidentemente que não dá para afirmar que esta posição era compartilhada por todos os empresários paulistas. Mas, como Amato comandava a Federação Industrial mais importante do Brasil, a sua fala pode ser tomada como uma evidência a respeito do que pensavam muitos empresários brasileiros no final da década de 1980. Em outras palavras, acreditamos que a maioria desses industriais não estivesse familiarizada com as regras do jogo democrático, na qual a alternância de poder deve ser vista com naturalidade. Na ocasião, a possibilidade de um político de esquerda se tornar Presidente do Brasil ainda parecia causar muito temor nos homens de negócios.

Da mesma forma, a manifestação da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), é mais um indício da concepção política de uma grande parte da classe empresarial brasileira na época. Por intermédio dos meios de comunicação de massa, esta associação condenou publicamente aquilo que entendia como o radicalismo de Lula. Além disso, com base em uma visão liberal, ela fez uma condenação ao programa do Partido dos Trabalhadores que, a seu ver, era estatizante e socialista, uma experiência que os países do Leste Europeu já estavam rejeitando naquele final de década (EMPRESÁRIOS..., 1989: 1). Sem pretender entrar no mérito de opiniões como essas, o que não é o nosso objetivo neste artigo, é necessário dizer que, a nosso ver, não era somente o programa político do PT que causava temor a esses empresários, mais também a possibilidade de um partido que se dizia comprometido com os interesses dos trabalhadores chegar ao poder.

Nesses exemplos, temos uma evidência da assertiva de Carly Aguiar (1995: 182-193), quando constatou que, na eleição presidencial de 1989, o imaginário político das elites brasileiras ficou estampado nos grandes jornais escritos. Diga-se de passagem que ele se revelou não somente em relação às opções eleitorais, mas também no que diz respeito aos temas econômicos e sociais discutidos durante a campanha. Na imprensa escrita, tanto jornalistas como representantes das elites⁴ frequentemente utilizaram um discurso que se estruturava, em termos de imaginário, no mito da conspiração. Nessa perspectiva, foi invocado o perigo comunista e, conseqüentemente, “o risco de um colapso nos regimes político, econômico e jurídico, no caso de uma vitória do candidato do Partido dos Trabalhadores”. Em contrapartida, o mito do “salvador da pátria” foi encarnado por Fernando Collor de Mello, que, para essas pessoas, passou a simbolizar o bem contra o mal. Ademais, em 1989, como bem observou a autora, nenhum dos grandes jornais brasileiros apoiou o candidato do Partido dos Trabalhadores no segundo turno. O mesmo pode ser dito em relação às grandes redes de televisão, que, implícita ou explicitamente, apoiaram o

⁴ Com o termo “elites”, estamos nos referindo a políticos, empresários e a intelectuais em geral.

candidato Fernando Collor de Mello. Com isso, fica evidente que se o historiador quiser estudar o imaginário político das elites brasileiras, os períodos eleitorais certamente é um dos melhores momentos, senão o melhor.

No que diz respeito à grande imprensa escrita na época, o Jornal O Estado de São Paulo talvez seja o melhor exemplo da elaboração de uma visão que apresentava Lula e o seu partido como representantes do radicalismo e, portanto, do mal. Basta dizer que foi este periódico quem sinalizou as linhas mestras dos ataques que caracterizaram “o PT como atrasado e antidemocrático, Lula como ignorante e a militância petista como uma ‘milícia’ organizada para a violência” (KUCINSKI, 1998: 110-111). Augusto Nunes, diretor de redação do jornal, acusou os militantes do PT pela violência ocorrida em um comício de Collor em Caxias do Sul-RS, cujas imagens, exibidas pelas emissoras de TVs, também mostravam os petistas como violentos. Meses depois, a polícia revelou que o tumulto fora causado por agentes provocadores contratados por Collor, mas nem assim o jornalista se desculpou pelas acusações que fizera, sem provas (KUCINSKI, 1998: 110-111).

Em um editorial intitulado “O perigo dos radicais,” o Jornal O Estado de São Paulo considerou que Lula era prisioneiro das minorias anticonstitucionais que se abrigavam no PT. Estes e os albaneses do PC do B haviam orientado a radicalização da sua campanha ainda no primeiro turno. O jornal os considerava como fanáticos xiitas que percorriam as ruas das grandes cidades, intimidando moral e até fisicamente aqueles que tinham coragem de exibir preferência por um outro candidato. O editorial terminava dizendo que o programa do PT transformaria o Brasil em um País fora do mundo moderno. A ação deletéria desses grupos radicais, pressionando o temperamento fraco de Lula, faria da democracia um simulacro e sacrificaria os trabalhadores como Stalin fizera na Rússia, Castro em Cuba e Mao na China. Por tudo isso, concluía o periódico, o bom senso e o patriotismo recomendavam que se votasse no respeito à constituição que Fernando Collor de Mello encarnava (CONTI, 1999: 167-245).

As grandes emissoras de televisão também se posicionaram no campo político conservador, apoiando implícita ou explicitamente Fernando Collor de Mello. Coube à Rede Globo o papel mais destacado nesse processo, não só por ser a maior rede de televisão do País, mas também porque adotou um maior engajamento na candidatura colorida. Em uma entrevista concedida em 18 de dezembro de 1988, o Diretor-Presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho, antecipou qual seria o comportamento do Jornal O Globo e da Rede Globo de Televisão na eleição presidencial de 1989. Na ocasião, ele admitiu abertamente que não concordava com o critério do jornalismo moderno de dar o mesmo espaço e a mesma oportunidade a qualquer um dos concorrentes, sem levar em conta as suas propostas de governo. Declarou, ainda, que o espaço jornalístico a ser dado aos candidatos dependeria do

comportamento deles (LIMA, 2001: 234). Como hoje se sabe, Roberto Marinho acabou apoiando Fernando Collor. Em uma outra entrevista dada à Folha de São Paulo, ele afirmou que julgava Collor “mais assentado, mais ponderado e mais equilibrado, com suas boas ideias privatistas”. Se o candidato continuasse nesse caminho, acrescentou, iria influir o máximo a seu favor (CONTI, 1999: 167-168).

Adotando uma estratégia diferente, coube à Revista Veja lançar Fernando Collor de Mello nacionalmente como o caçador de marajás. Em agosto de 1987, ela cunhou a expressão “a praga dos marajás”, fazendo referência ao então governador de Alagoas que iniciara um “combate” aos funcionários públicos com altos salários em seu Estado (KUCINSKI, 1998: 109). Em março de 1988 Veja voltou ao assunto novamente, dessa feita com uma manchete de capa intitulada: “Collor de Mello o caçador de marajás”. Essa matéria, como muito já se comentou, não só revelava a simpatia política da revista pelo governador, como também lançou as bases de um dos principais motes da campanha eleitoral de Fernando Collor - popularizado pela televisão - que foi o combate à corrupção e aos marajás. Quando analisamos o conteúdo da reportagem, percebemos claramente o seu apoio às ações do executivo alagoano contra os funcionários públicos que recebiam salários abusivos (A GUERRA..., 1988: 38-44). Em suma, pode ser dito que essa manchete de capa da Revista Veja, bem como o conteúdo da matéria, provavelmente foi a maior contribuição que ela deu para a fabricação do mito Collor na época.

Como já deve ter ficado claro, o nosso propósito aqui não é fazer uma análise mais aprofundada desses discursos ou manifestações. Com esses exemplos, queremos apenas apontar as possibilidades que as eleições oferecem para se estudar o comportamento, a opinião e a mentalidade política desses atores sociais. É evidente que os empresários, a imprensa e outras instituições se manifestam sobre a política, a economia, etc, em muitos outros momentos ou mesmo no dia-a-dia da vida de uma sociedade. Mas o que queremos enfatizar é que, durante as disputas eleitorais, os jogos de interesses se manifestam de forma muito mais intensa e, por esta razão, as opiniões, e mesmo a mentalidade dos atores sociais muitas vezes se expressam de forma muito mais aberta do que em outros momentos. Esses períodos mais agitados, geralmente, quebram o silêncio ou a dissimulação utilizada com mais frequência em relação aos temas mais delicado da vida política; em face disso trazem à tona, de forma mais explícita, as opiniões dos homens a respeito dessas questões. Por essa razão, ampliam-se as possibilidades de os historiadores desvendarem o que esses atores pensam sobre as questões política, econômica, social, cultural, etc.

Mesmo no que diz respeito às camadas populares ou às pessoas comuns, que não têm o hábito de deixarem registrado por escrito o que pensam sobre a política ou qualquer outro assunto, as eleições também oferecem a possibilidade de se conhecer não somente a sua

concepção política, mas também vários outros aspectos da sua visão de mundo. Como se sabe, antes do início das campanhas eleitorais, os institutos de pesquisas realizam e publicam um sem-número de pesquisas de opinião pública sobre as intenções de voto dos eleitores. Diga-se de passagem que os questionários dessas pesquisas, muitas vezes incorporam uma grade de perguntas que procuram ir além das intenções de voto e objetivam dar conta da cultura política dos eleitores. Apesar de todos os problemas para se utilizar as pesquisas de opinião pública como fontes para o estudo da história, acreditamos que, se o historiador adotar os procedimentos metodológicos adequados, essa documentação pode fornecer informações importantes sobre muitos assuntos.⁵ Aliás, para a história da segunda metade do século XX, trata-se de um dos maiores bancos de dados que existem a respeito da opinião pública.

Em anos eleitorais, além dos resultados das pesquisas de opinião pública, muitos jornais também costumam publicar matérias com entrevistas dos eleitores sobre as eleições. Nessas enquetes, os periódicos fazem perguntas sobre a campanha eleitoral, as razões de voto do entrevistado, os candidatos, os partidos, perguntam sobre uma variedade de assuntos ligados à disputa política e mesmo sobre os principais problemas do País, na visão do jornal. Em termos quantitativos, comparado às sondagens dos institutos de pesquisas, trata-se de uma fonte que se refere a um universo menor de eleitores. Todavia, desde que se analise essa documentação com os cuidados metodológicos que requer a análise dos jornais, pode-se ganhar em qualidade o que se perde em quantidade. A vantagem dessas enquetes está em que elas nos permitem ter um acesso às falas dos entrevistados; falas mediadas, é verdade, filtrada pela transcrição dos repórteres e pela redação dos jornais, mas, ainda assim, permitem ao pesquisador conhecer um pouco da concepção política dos entrevistados, além de outros temas que estejam em evidência no processo eleitoral.

Um exemplo disso pode ser observado em algumas entrevistas que aparecem nas reportagens realizadas pelos Jornais O Diário do Norte do Paraná, de Maringá, em 1989, e o jornal Folha de São Paulo, nos anos de 2000 e 2002. Em 1989, ano da eleição presidencial brasileira, o jornal O Diário do Norte do Paraná realizou uma série de reportagens com eleitores da cidade para saber as suas intenções de voto e as suas opiniões sobre alguns problemas do País na época. Em uma dessas matérias, Elenice Pereira, uma recepcionista que declarou ser eleitora do candidato à Presidência da República Fernando Collor de Mello,

⁵ Para uma discussão sobre a metodologia de trabalho com essa fonte ver BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: THIOLENTE, Michel J. M. (org.). **Crítica metodológica, investigação social & enquete operária**. 5. ed. São Paulo: Editora Polis, 1987. p. 137-151. OZOUF, Jacques. A opinião pública: apologia das sondagens. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). **História: novos objetos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 186-198. NASCIMENTO, Luiz Miguel do. A história e as sondagens de opinião pública: apontamentos para uma discussão metodológica. In: ROLIM, Rivail Carvalho; PELLEGRINI, Sandra Araújo; DIAS, Reginaldo Benedito. (org.). **História, espaço e meio ambiente**. Maringá: ANPUH-PR, 2000. p. 297-314.

deixou algumas evidências de sua concepção política e, conseqüentemente, da maneira como ela se relacionava com a arte de governar. Elenice justificou o seu voto em Collor dizendo que o plano de governo de Lula, ao estabelecer direitos iguais a patrões e empregados, não funcionaria nunca: patrão sempre foi patrão e empregado sempre iria ser empregado. Por isso, ficava com Collor, que tinha propostas mais realistas, e que deveria ser um bom presidente (SEGUNDO..., 1989: 2). Esse trecho de discurso, além de apresentar um certo conformismo, ou a crença de que as relações sociais devem ser como são, ele também dá a entender que essa eleitora não acreditava na possibilidade de alguém de sua classe social fazer alguma coisa por ela. Se estivermos certos, na época, valia para essa recepcionista a afirmação de que pobre não vota em pobre, em outra pessoa igualzinha a ele, como bem observou Marilena Chauí (1986).

No ano de 2000, o jornal Folha de São Paulo também realizou reportagens com alguns eleitores da capital paulistana, durante a eleição para prefeito da cidade. Inclusive, uma das entrevistadas era a personal trainer, Solange Frazão, uma figura bastante conhecida na mídia na época. O objetivo da reportagem era demonstrar exemplos de como os eleitores escolhiam os seus candidatos. Quando interrogada, Solange Frazão respondeu que sempre votou em Paulo Maluf, do PPB. Sua família era malufista, mas, no primeiro turno daquela eleição, havia escolhido Marta Suplicy, do PT, pela pessoa que era. No segundo turno da eleição, no entanto, ela estava pensando em mudar de ideia e votar novamente em Paulo Maluf. Já outro entrevistado, Florentino Almeida, um motorista de 71 anos, ia na direção oposta. No primeiro turno ele havia votado, pela primeira vez, em Paulo Maluf para ajudar um primo que era candidato a vereador. No segundo turno, iria votar em Marta Suplicy. O repórter indagou se ele conhecia os planos de governo dos candidatos e esse senhor respondeu que não; em relação à Marta Supley, Florentino afirmou que sabia que ela iria construir creches e priorizar a educação e, para ele, isso era importante (ELEITORES, 2000: A 17).

Outro exemplo interessante sobre a concepção política dos eleitores pode ser visto em uma outra reportagem do mesmo jornal Folha de São Paulo relativo à eleição presidencial de 2002⁶ e à eleição para o governo do Estado de São Paulo no mesmo ano. Nela, o repórter Luiz Caversan (2002: A 15), destacava que o eleitor paulista havia criado uma chapa Lula-Maluf, ou seja, votaria em Lula, do PT, para presidente da República e em Maluf, do PPB, para o governo do Estado de São Paulo. O próprio repórter lembrava que Lula e Maluf sempre haviam trafegado em campos ideológicos diametralmente opostos. No entanto, 35% dos eleitores que tinham a intenção de votar em Lula para Presidente da República, iriam

⁶ Em 2002, após três derrotas consecutivas na disputa pela Presidência da República, 1989, 1994 e 1998, finalmente Lula foi eleito presidente, derrotando José Serra, do PSDB, no segundo turno da eleição.

escolher Maluf para governador. Caversan (2002: A 15), lembrava a pesquisa do Datafolha com 1.552 eleitores do Estado de São Paulo que confirmava que Maluf era o preferido dos eleitores de Lula. Geraldo Alckmin, candidato ao governo do Estado de São Paulo pelo PSDB, aparecia em segundo lugar com 24% das intenções de votos dos partidários de Lula. Por outro lado, José Genoíno, pré-candidato ao governo do Estado pelo PT, só tinha 13% de preferência entre os eleitores de Lula.

Várias análises podem ser feitas sobre o comportamento eleitoral de alguns eleitores que aparecem nessas duas reportagens do jornal Folha de São Paulo referentes à eleição municipal de 2000 e à presidencial brasileira de 2002, bem como a eleição para o governo do Estado de São Paulo no mesmo ano. Em conformidade com a argumentação que vimos defendendo anteriormente, só gostaríamos de apontar uma questão. Mesmo com uma rápida leitura dessas matérias, é possível perceber que a visão do mundo político desses homens e mulheres não era orientada por ideologia, partido, ou mesmo por um maior conhecimento sobre os programas de governo dos candidatos. É interessante destacar que na reportagem de Luiz Caversan (2002: A 15), quando se observa as profissões de alguns dos entrevistados, fica-se sabendo que não eram somente pessoas desinformadas ou com baixa escolaridade que manifestavam essa concepção política. Nela, além de uma balconista e de uma dona de casa, aparece um matemático aposentado e um advogado. Em outras palavras, essa cultura política ou visão política parece permear pessoas de diferentes classes sociais. Nesse tipo de fonte, portanto, além das evidências que aparecem sobre a cultura política dos entrevistados, é possível se saber as suas profissões.

Como já indicamos anteriormente, os resultados das eleições fornecem muitas outras evidências para se conhecer as grandes linhas da opinião pública sobre a vida política de uma sociedade em determinado momento, além de outras questões. O mapa da votação, ao indicar os candidatos, as propostas e os partidos vencedores, revela o grau de aprovação ou de rejeição ao governante do momento; assim, ao mesmo tempo em que ele fornece ao pesquisador uma boa radiografia a respeito das forças políticas em ação, revela a tendência da opinião pública e até mesmo alguns aspectos da cultura política dos eleitores. Para tanto, a nosso ver, basta que o investigador analise a documentação, procurando respostas não somente a respeito das questões mais ligadas à conjuntura da eleição, mas também sobre os elementos mais estruturais que podem ter influenciado o comportamento do eleitorado. Nesse caso, trata-se de observar, no tocante ao espectro ideológico do campo político, se os votos foram dados para candidatos ou partidos situados na esquerda, no centro, na direita, ou se ideologia e partidos não foram relevantes nas escolhas. A este respeito, é importante analisar, no médio ou no longo prazo, qual tem sido a tendência da votação do eleitorado em questão.

Nunca é demais lembrar que, em cada sociedade, as opções eleitorais dos cidadãos pelos candidatos, pelos partidos, ou por um determinado espectro do campo político, podem variar de região para região. Da mesma forma, podem passar por mudanças mais rápidas ou apresentar maior estabilidade no tempo. A propósito, para o caso da França, René Rémond (1996c: 27) afirma que Charles Seignobos foi um dos primeiros a se dar conta de dois fatos que foram determinantes nas origens da sociologia eleitoral: a diversidade dos “temperamentos” políticos regionais e a antiguidade de seu enraizamento. Nas palavras do autor, “Seignobos acentuou a constância, na superfície do território, da divisão direita-esquerda através das vicissitudes políticas, mudanças de regime, flutuações aparentes da opinião pública” (RÉMOND, 1996c: 27). Nesta perspectiva, pensamos que o estudo do processo eleitoral pode fornecer informações ao pesquisador que vão muito além dos resultados imediatos das disputas. Para tanto, basta que se faça a análise da documentação com o objetivo de encontrar respostas para questões mais estruturais, tais como o comportamento eleitoral ou a concepção política que orientou as escolhas dos eleitores.

Tal objetivo se torna exequível em face da grande massa documental produzida pelas disputas de poder nos regimes democráticos. No tocante às fontes, convém dizer que, se considerarmos o ritual periódico do processo eleitoral, o historiador das eleições desfruta de uma situação privilegiada quando se compara aos estudiosos de outros temas para os quais a escassez de documentos pode ser um problema. A série contínua dos resultados eleitorais no último século é um dos bancos de dados mais fabuloso com o qual o historiador pode sonhar. Assim, diante da riqueza desse material, desde que o historiador saiba fazer as perguntas aos documentos, provavelmente ele vai encontrar as respostas que procura para as suas questões.

Apesar, todavia, do potencial desse tipo de abordagem das eleições para o estudo da história, no Brasil, como dissemos anteriormente, até onde sabemos, o estudo do comportamento eleitoral ainda não faz parte das preocupações centrais dos historiadores. Uma evidência disso pode ser observada no fato de que os temas relativos à política mais discutidos pelos historiadores normalmente se referem às instituições partidárias, ao Congresso Nacional, ao poder executivo, aos períodos governamentais e às políticas públicas, às lideranças políticas, aos movimentos operários ou aos sindicatos, às relações internacionais, às Forças Armadas, entre outros temas. Evidentemente que muitos desses estudos investigam a experiência brasileira com a participação e a representação política, mas não estudam a eleição na perspectiva em que estamos falando. Em outras palavras, nesses trabalhos, a preocupação principal se refere mais ao papel dessas instituições e desses atores na vida política do País, e não propriamente ao comportamento eleitoral dos votantes. Naturalmente que não se deve desvincular uma coisa da outra, mas ocorre que, em muitos

desses casos, os eleitores normalmente aparecem mais como um número compondo um percentual de votos do que propriamente como sujeitos dotados de vontade e valores.

Não sabemos ao certo as razões dessa ausência, ou a pouca participação dos historiadores brasileiros no estudo do comportamento eleitoral. Desse modo, na falta de maiores informações sobre essa questão, só nos resta lançar algumas ideias especulativas sobre os prováveis motivos do pouco interesse dos nossos historiadores por esse tema. Acreditamos que o fato de a democracia política mais plena, com voto universal, ser bem recente no Brasil, pode ser uma das razões para se entender porque esse tipo de abordagem das eleições ainda não despertou o interesse de muitos praticantes do nosso ofício. Se estivermos certos, este pode ser um dos motivos pelos quais, entre nós, até o momento, ainda são poucos os que se deram conta do potencial dessa perspectiva de pesquisa eleitoral para o estudo da história. Outra hipótese pode estar relacionada ao fato de que a eleição, no que diz respeito às razões do voto, é um dos temas de estudo por excelência da Ciência Política e, nesse caso, o historiador pode sentir-se desinteressado, ou menos preparado para entrar nessa seara.⁷

Para concluir essas especulações sobre os prováveis motivos pelos quais os historiadores brasileiros não têm estudado o comportamento eleitoral, só nos resta lembrar a aversão que muitos colegas de profissão devotavam, e talvez ainda devam, ao tempo curto do acontecimento, particularmente por causa das críticas que a velha história política, narrativa e factual passou a sofrer ao longo de todo o século XX.⁸ Diga-se de passagem que, por esta razão, sob influência da Escola dos Annales, por muito tempo, o acontecimento foi considerado indigno de maiores atenção por parte dos profissionais da História. Sabe-se que Fernand Braudel foi o historiador dos Annales que mais enfatizou a importância de se estudar a história na longa duração. Mas, mesmo sem ser um defensor da história política, ainda assim ele não deixou de admitir que ela não estava condenada somente ao tempo curto dos acontecimentos (BRAUDEL, 1992: 46). Aliás, o acontecimento faz parte de várias outras dimensões da vida em sociedade e não se restringe somente ao campo político.

Em relação ao processo eleitoral, por exemplo, podemos dizer que se ele ocorre na curta duração, para se entender todos os seus desdobramentos, muitas vezes, é necessário um recuo temporal na escala das décadas ou mais. Para aprofundar a compreensão sobre os

⁷ Para uma discussão sobre as correntes teóricas que procuram explicar o comportamento político/eleitoral, na área da Ciência Política, ver FIGUEIREDO, Marcus Faria. **Democracia, comportamento eleitoral e racionalidade do voto**. 1988. Tese (Doutorado)-Programa de Ciências Políticas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP - São Paulo, 1988. SANDOVAL, Salvador A. M. O comportamento político como campo interdisciplinar de conhecimento: a reaproximação da sociologia e da psicologia social. In: LHULLIER, Louise A. et al (org.). **Estudos sobre comportamento político: teoria e pesquisa**. Florianópolis/SC: Letras Contemporâneas, 1997. p. 13-23.

⁸ Para uma maior discussão sobre as críticas feitas pela Escola dos Annales à velha história política, ver JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques e NORRA, Pierre, (dir.). **História: novas abordagens**. 3. ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 180-196.

resultados de uma eleição, além da influência exercida pelos elementos mais próprios da conjuntura política, econômica e social de cada disputa, muitas vezes o historiador tem que avaliar a cultura política que também pode ter influenciado o comportamento dos eleitores. Nesse caso, ele terá de lidar com um elemento cuja formação só poderá ser observada na média ou na longa duração. Como bem observou René Rémond (1996c: 34-35), a história política se caracteriza por uma pluralidade de ritmos, articulando o contínuo e o descontínuo, combinando o instantâneo e o extremamente lento. Se alguns fatos sucedem-se em ritmo rápido, assinalados por datas precisas, outros se inscrevem na média duração, como é o caso das formações políticas, por exemplo. Em contrapartida, a formação das ideologias que as inspiram situam-se na longa duração.

Desse modo, pensamos que, na perspectiva da História, para explicar o comportamento eleitoral dos votantes em determinado momento, deve ser levado em consideração as experiências dos homens e das mulheres com o ato de votar. Trata-se de entender que a cultura política⁹ dos eleitores em qualquer época e, portanto, os rumos de uma votação, para além da importância da conjuntura econômica, política e social de cada momento, também está relacionada com o diálogo estabelecido no passado e no presente entre o campo político¹⁰ e o saber adquirido nas experiências da vida cotidiana. Em outras palavras, as razões do voto também dependem do conhecimento que os homens adquiriram ou incorporaram sobre o campo político, em especial a democracia, as eleições, os partidos, os programas e as ideologias, ao longo do tempo. Esse aspecto ou cultura política não pode ser compreendido apenas no curto prazo; é preciso acompanhar como ele se formou historicamente, o que pressupõe observar as suas mudanças e as suas permanências, pelo menos na escala das décadas. Por essa razão, para se conhecer o comportamento eleitoral dos cidadãos em uma eleição, pode ser necessário estudar a história do seu relacionamento com o campo político, dando particular atenção para os seus valores culturais.

Neste particular, pensamos que uma observação mais atenta sobre a experiência dos eleitores brasileiros com eleições livres, em regime democrático, pode ajudar a compreender

⁹ Em linhas gerais, para a Ciência Política, cultura política designa o conjunto de atitudes, de normas e de crenças mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social, tendo como objeto fenômenos políticos. Assim, compõem a cultura política de uma sociedade os conhecimentos ou a sua distribuição entre os indivíduos que a integram, relativos às instituições, à prática política, às forças políticas operantes em um determinado contexto; as tendências mais ou menos difusas, como a indiferença, o cinismo, a rigidez, o dogmatismo; ou o sentido de confiança, a adesão, a tolerância para com as forças políticas diversas da própria, etc. SANI, Giacomo. Cultura política. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (org.). **Dicionário de Política**. 9. ed., Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997, p. 306-308.

¹⁰ Para Bourdieu, o campo político é o campo de forças e “campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento”. Dito de outra forma, o autor utiliza o conceito de campo político quando, se refere à lógica ou à estrutura de funcionamento das atividades políticas praticadas pelos governantes, pelos políticos profissionais, pelos partidos políticos, pelas demais instituições oficiais do Estado, pela imprensa, além dos próprios institutos de ciência política que desfrutam de uma certa “autoridade”, baseada no saber, para falar sobre a política. BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Difel, 1989. P. 163,173.

as formas de participação política de uma grande parte da nossa população. A nosso ver, um dado muito importante que deve ser levado em consideração por uma investigação que pretenda se aprofundar na análise desta questão é o fato de que o processo de democratização política mais amplo no Brasil começou somente em torno de 1946,¹¹ e foi interrompido pelo golpe militar, em 1964, que nos impôs 21 anos de ditadura. Temos, portanto, apenas quatro décadas de experiência com a democracia política. Mesmo assim, esse período de tempo não foi contínuo, uma vez que foi separado pelas duas décadas que durou a ditadura militar. Isto significa pouco tempo se comparado aos países europeus e aos Estados Unidos nos quais a experiência com eleições democráticas já tem mais de um século e meio.

De outra parte, para compreender a formação de uma cultura política e, conseqüentemente, o comportamento eleitoral de uma grande parcela dos eleitores, acreditamos que além do tempo de convivência com o funcionamento normal da democracia, temos que analisar a maneira pela qual a experiência com a vida política e suas instituições foi vivenciada e assimilada pelos cidadãos num determinado período de tempo. A esse respeito, pode ser dito que, tradicionalmente, o funcionamento da política brasileira, particularmente no que se refere à atuação do Estado, do Congresso Nacional, bem como da maioria dos partidos políticos e dos políticos profissionais, salvo raras exceções, não tem sido capazes de atender às expectativas e às necessidades básicas das camadas populares. Por conta disso, em nosso País, com muita frequência a política e a maioria das instituições públicas são vistas de forma negativa pelos cidadãos comuns.

Um exemplo de decepção da população com o governo, com a maioria dos partidos e com os políticos profissionais pode ser observado na segunda metade da década de 1980, no Brasil, com o fracasso do governo Sarney, e da chamada “Nova República”.¹² Como se sabe, o desencanto de grande parte da população brasileira com o processo de redemocratização do País iniciado em meados daquela década foi um dos fatores decisivos para a eleição de Fernando Collor de Mello, um candidato conservador. Lendo boa parte da literatura sobre o tema, percebemos a existência de um consenso na maioria dos estudos que discutiram a eleição presidencial brasileira de 1989 quanto à definição do cenário político, econômico e

¹¹ Convém lembrar que esse processo democrático da época excluía o voto dos analfabetos e dos jovens de 16 anos, os quais só passaram a ter o direito de votar com a Constituição de 1988.

¹² O processo de redemocratização do País, com o fim da ditadura militar, em 1985, e a passagem do poder aos civis, ficou conhecido como Nova República. Como vimos, Tancredo Neves, do PMDB, foi eleito Presidente da República por um Colégio Eleitoral em 1985, tendo como vice José Sarney, egresso do PDS. Tancredo Neves, em quem a população parecia depositar confiança e esperança, faleceu antes de tomar posse no cargo. Naquelas circunstâncias, Sarney assumiu a Presidência da República sem o prestígio político necessário para governar a Nação. Na verdade, essa transição foi feita sob a égide de um acordo político conservador que, na essência, mascarava o continuísmo das estruturas políticas de mando, sob a capa de um verniz democrático. Pensamos que essa é uma das principais razões para o fracasso do governo Sarney em termos de distribuição de renda e melhoria das condições de vida da população mais pobre do País.

social em que transcorreu aquela campanha eleitoral. De um modo geral, o País atravessava uma grave crise econômica, com a inflação chegando a 80% ao mês, após vários programas de estabilização da economia. Existia uma insatisfação muito grande por parte da população em relação ao governo Sarney, ao PMDB e aos políticos. Estes eram considerados desonestos e corruptos, por só defenderem os seus próprios interesses, dos parentes e dos amigos. Aliás, a corrupção, é bom que digamos, era considerada um dos principais problemas do Brasil, na época. Da mesma forma, a maioria das pessoas não acreditava nas instituições, particularmente no Congresso e nos partidos; mesmo o Estado havia perdido credibilidade e os funcionários públicos, com raras exceções, eram considerados marajás (NASCIMENTO, 2003). Acrescente-se que, guardadas as devidas proporções, cenários semelhantes a esse se repetiu outras vezes na nossa história política recente.

Assim, a nosso ver, a formação de uma cultura política inspirada nos valores básicos da democracia, que possa ser assimilada pelos cidadãos, depende da experiência que eles possam ter adquirido por intermédio da sua participação na vida pública, e da maneira como esse processo foi vivenciado ao longo do tempo. Acreditamos que, na vida cotidiana da maioria das pessoas, o governo, o parlamento, os partidos políticos, os políticos profissionais e, numa palavra, a política são bem vistos só quando efetivamente demonstram a sua importância por intermédio de resultados práticos. Em face disso, parece correto dizer que a maioria dos cidadãos, particularmente das camadas populares, só vai incorporar de forma mais positiva o significado da política e da democracia, quando elas fizerem sentido para a sua vida, na forma de melhorias concretas. Pensamos que esta é uma das contribuições que a História pode trazer para as discussões sobre o comportamento eleitoral dos cidadãos brasileiros, particularmente das camadas populares.

Desse modo, se quisermos entender o comportamento eleitoral e a formação da cultura política, não podemos ignorar a influência que os elementos da conjuntura vão exercendo nesse processo no curto, no médio ou no longo prazo. As decepções que os cidadãos vão vivenciando com cada promessa política não cumprida, com a corrupção e com cada administração fracassada de determinado governante, certamente passam a compor um caldo de cultura de descrença, pessimismo e desilusão em relação à vida política. Neste sentido, reafirmamos que, se o historiador não estiver preocupado apenas em saber quem ganhou ou quem perdeu as disputas eleitorais, entre outras coisas, elas podem fornecer evidências que ajudam a entender a maneira como os elementos ligados a diferentes temporalidades influenciam a formação da concepção política, bem como o comportamento eleitoral dos cidadãos.

Para finalizar essa reflexão, devemos lembrar que as eleições, além de revelarem os candidatos e os partidos vencedores, podem trazer muitas outras informações a respeito dos

políticos e dos eleitores. Se, como lembra René Rémond (1996b: 449-450), “um povo se exprime tanto pela sua maneira de conceber, de praticar, de viver a política tanto quanto por sua literatura, seu cinema e sua cozinha”, acreditamos que uma eleição pode revelar o DNA político de um povo. Nesses momentos, os projetos propostos para administrar a cidade, as ideologias implícitas ou explícitas que lhes dão sustentação, os jogos de interesses que envolvem a disputa pelo poder, trazem grande parte dos homens para o centro do palco da história e lançam uma luz sobre as suas maneiras de pensar, agir e se comportar em relação à política e a muitos outros aspectos da vida em sociedade. Como vimos, durante os processos eleitorais, temos acesso até mesmo às opiniões dos cidadãos comuns sobre a política, a economia, além de outras questões. Diferentemente das elites políticas e econômicas que normalmente utilizam estratégias para conquistarem ou continuarem no poder, os cidadãos comuns normalmente falam das suas necessidades mais básicas e de suas esperanças.

Assim, durante as eleições, quando a maioria dos homens é chamada para falar e participar das decisões a respeito dos destinos da cidade, além das suas concepções sobre a política, ou cultura política, eles acabam revelando muitos aspectos do seu universo mental. No que diz respeito aos profissionais da política, normalmente eles revelam os seus vícios, os seus defeitos e, por ventura, algumas virtudes quando as há. Desse modo, diante da massa documental produzida pelas disputas eleitorais, o historiador tem a possibilidade de explorar as confissões voluntárias e involuntárias de milhares e milhões de pessoas sobre uma variada gama de assuntos. Neste sentido, se nos regimes democráticos as eleições fazem parte do principal ritual periódico em que se travam as lutas pela conquista ou manutenção do poder, esse processo pode nos ensinar muitas coisas sobre os homens que dele participam.

Referências bibliográficas

A GUERRA ao turbante. **Revista Veja**, São Paulo, ano 20, n. 12, p. 38-44, mar. 1988.

AGUIAR, Carly B. de. Imprensa e eleições 89: imagens e atores da política. **Revista Comunicação & Política**, Rio de Janeiro: Ed. Cebela, v.1, n. 3, p. 179-194, abril/jul. 1995.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais. A longa duração. In: _____. **Escritos sobre a história**. 2. ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1992. p. 41-78.

CAVERSAN, Luiz. Eleitor Paulista cria chapa Lula-Maluf. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A 15, 23 jun. 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CONTI, Mário Sérgio. **Notícias do Planalto**: a imprensa e Fernando Collor. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ELEITORES explicam como escolhem seus candidatos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A 17, 22 out. 2000.

EMPRESÁRIOS condenam o radicalismo de Lula. **O Diário do Norte do Paraná**, Maringá, p.1, 23 nov. 1989.

FIGUEIREDO, Marcus Faria. **Democracia, comportamento eleitoral e racionalidade do voto**. 1988. Tese (Doutorado)-Programa de Ciências Políticas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

GURGEL, Antônio de Pádua; FLEISCHER, David. **O Brasil vai às urnas**: retrato da campanha presidencial. Brasília – DF: Thesaurus Editora, 1990.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). **História**: novas abordagens. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p.180-196.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica**: ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998.

LIMA, Venício A. de. **Mídia**: teoria e política. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

NASCIMENTO, Luiz Miguel do. **Olhar cotidiano sobre a política**: a eleição presidencial de 1989 e a eleição municipal de 2000 em Maringá. 2003. Tese (Doutorado)-Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

RÉMOND, René. As eleições. In: _____ (org.). **Por uma história política**. Rio Janeiro: Ed. UFRJ, Fundação Getúlio Vargas, 1996a. p.37-55.

RÉMOND, René. Do político. In: _____ (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed., UFRJ, Fundação Getulio Vargas, 1996b. p. 441-450

RÉMOND, René. Uma história presente. In: _____ (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed., UFRJ, Fundação Getulio Vargas, 1996c. p.13-36

REYNIÉ, Dominique. Introdução: Gabriel Tarde, teórico da opinião. In: TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas**. São Paulo: Martins Fontes. 1992. p.1-23.

SANDOVAL, Salvador A. M. O comportamento político como campo interdisciplinar de conhecimento: a reaproximação da sociologia e da psicologia social. In: LHULLIER, Louise A. et al (orgs.). **Estudos sobre comportamento político**: teoria e pesquisa. Florianópolis/SC: Letras Contemporâneas, 1997. p. 13-23.

SEGUNDO turno facilita a escolha dos eleitores. **O Diário do Norte do Paraná**, Maringá, p.2, 30 nov. 1989.

Artigo recebido em 25/08/2010

Artigo aceito em 28/10/2010